

PROJETO DE LEI Nº 3.944, DE 2024

Altera a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a proibição de importação de resíduos sólidos.

Autor: Deputado Célio Silveira

Relator: Deputado Elmar Nascimento

PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO

Pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Comissão de Desenvolvimento Urbano e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Dispensado o relatório, nos termos do art. 129, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

VOTO DO RELATOR

Pela **Comissão de Desenvolvimento Econômico**, somos pela aprovação da emenda de plenário n. 2 na forma da subemenda substitutiva global que ora apresento e rejeição das demais emendas de plenário.

Pela **Comissão de Desenvolvimento Urbano**, somos pela aprovação da emenda de plenário nº2 na forma da subemenda substitutiva global apresentada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico e rejeição das demais emendas.

Pela **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**, somos pela juridicidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de plenário apresentadas e da subemenda substitutiva global apresentada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 2024.

ELMAR NASCIMENTO

Relator



SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 3944, DE 2024

Altera a Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos para dispor sobre a proibição de importação de resíduos sólidos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 49 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49. Fica proibida a importação de resíduos sólidos, inclusive de papel, plástico, vidro e metal.

§ 1º Fica ressalvada a importação de resíduos utilizados na transformação de minerais críticos e de material estratégico.

§ 2º O importador ou o fabricante de autopeças fica autorizado a importar resíduos sólidos derivados de produtos nacionais previamente exportados, para fins exclusivos de logística reversa e reciclagem integral, ainda que classificados como resíduos perigosos, nos termos de regulamento conjunto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. ” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2024

ELMAR NASCIMENTO

Relator

